

**ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE SOFRIMENTO NO CONTEXTO ESCOLAR:
O PLANTÃO PSICOLÓGICO EM UM COLÉGIO MILITAR**

**ADOLESCENTES EN SITUACIÓN DE SUFRIMIENTO EN EL CONTEXTO
ESCOLAR: EL DEBER PSICOLÓGICO EN UNA ESCUELA MILITAR**

**ADOLESCENTS IN SUFFERING SITUATIONS IN THE SCHOOL CONTEXT: THE
PSYCHOLOGICAL DUTY IN A MILITARY SCHOOL**



Jayana Milhomem de SOUZA¹

e-mail: jayanamilhomem@gmail.com



Amoriara Milhomem F. de OLIVEIRA²

e-mail: amoriaramfo10@gmail.com



Luana Bogo M. da SILVA³

e-mail: luana.bogo@mail.uft.edu.br



Yasmin Coelho dos Santos PARREÃO⁴

e-mail: yasminparreao@gmail.com



Samuel Silva MIRANDA⁵

e-mail: samuelpmiranda1@gmail.com



Ladislau Ribeiro do NASCIMENTO⁶

e-mail: ladislaunascimento@uft.edu.br

Como referenciar este artigo:

SOUZA, J. M. de; OLIVEIRA, A. M. F. de; SILVA, L. B. M. da; PARREÃO, Y. C. dos S.; MIRANDA, S. S.; NASCIMENTO, L. R. do. Adolescentes em situação de sofrimento no contexto escolar: o plantão psicológico em um colégio militar. **Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 25, n. 00, e024011, 2025. e-ISSN: 2594-8385. DOI: <https://doi.org/10.30715/doxa.v25i00.19657>



Submetido em: 13/09/2024

Revisões requeridas em: 11/10/2024

Aprovado em: 18/10/2024

Publicado em: 12/12/2024

Editor: Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas – TO – Brasil. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências e Saúde (PPGECS/UFT).

² Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas (FESP). Psicóloga residente do Plano Integrado de Residências em Saúde (PIRS).

³ Centro de Atenção Psicossocial Infantil- CAPSi. Psicóloga pesquisadora vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de Palmas.

⁴ Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas – TO – Brasil. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências e Saúde (PPGECS/UFT).

⁵ Universidade Federal do Tocantins (UFT), Miracema – TO – Brasil. Graduando do Curso de Psicologia.

⁶ Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas – TO – Brasil. Professor do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências e Saúde (PPGECS/UFT).

RESUMO: O presente artigo relata uma prática de acolhimento de adolescentes estudantes de um Colégio Militar situado no estado do Tocantins. A atividade fez parte de um estágio curricular supervisionado em Psicologia Escolar e Educacional. O público-alvo foi atendido na própria instituição escolar, no período entre março e junho de 2022. Realizou-se um total de 33 atendimentos na modalidade de Plantão Psicológico. Por meio da escuta oferecida nos plantões, constatamos relatos sobre conflitos interpessoais no ambiente escolar, crises nas relações com familiares e amigos, tristeza e sensação de abandono. Ademais, estudantes queixaram-se do rigor disciplinar e de supostos abusos de autoridade no ambiente escolar. As análises e discussões realizadas durante os encontros de supervisão do estágio evidenciaram a relevância do plantão psicológico como um dispositivo eficaz para a promoção do bem-estar e da saúde mental no contexto escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Colégio Militar. Adolescentes. Acolhimento Psicológico. Psicologia Escolar e Educacional.

RESUMEN: Este artículo relata una práctica de acogida de jóvenes estudiantes en un colegio militar situado en el estado de Tocantins. La actividad formó parte de una pasantía curricular supervisada en Psicología Escolar y Educativa. El público objetivo fue atendido en la propia institución escolar, entre marzo y junio de 2022. Se realizaron un total de 33 consultas en la modalidad de Apoyo Psicológico. A través de la escucha ofrecida durante los turnos, encontramos relatos sobre conflictos interpersonales en el ambiente escolar, crisis en las relaciones con familiares y amigos, tristeza y sentimientos de abandono. Además, los estudiantes se quejaron del rigor de la disciplina y presuntos abusos de autoridad en el ambiente escolar. Los análisis y discusiones realizados durante las reuniones de supervisión de las prácticas señalaron la relevancia del deber psicológico como un poderoso dispositivo para promover el bienestar y la salud mental en el contexto escolar.

PALABRAS CLAVE: Colegio Militar. Adolescentes. Apoyo Psicológico. Psicología Escolar y Educativa.

ABSTRACT: This article reports on a practice of welcoming young students at a Military College located in the state of Tocantins. The activity was part of a supervised curricular internship in School and Educational Psychology. The target audience was served at the school institution itself, between March and June 2022. A total of 33 consultations were carried out in the form of Psychological Support. Through listening offered during shifts, we found reports about interpersonal conflicts in the school environment, crises in relationships with family and friends, sadness, and feelings of abandonment. Furthermore, students complained about the rigor of discipline and alleged abuses of authority in the school environment. The analyses and discussions carried out during the internship supervision meetings pointed to the relevance of psychological duty as a powerful device for promoting well-being and mental health in the school context.

KEYWORDS: Military College. Teenagers. Psychological Support. School and Educational Psychology.

Introdução

A escola pública brasileira passou por mudanças significativas nos últimos trinta anos, especialmente em virtude da chamada revolução gerenciada ocorrida entre 1995 e 2002, com destaque para a universalização do acesso à educação básica (Bianchi, 2008). No entanto, a expansão do acesso à educação pública não foi acompanhada de investimentos necessários para a garantia da qualidade do ensino. Consequentemente, inúmeras fraturas foram observadas nos contextos escolares desgastados em termos educacionais e institucionais. Dentre os problemas, destacam-se a evasão escolar e os baixos índices de desempenho averiguados pelas avaliações internas e externas.

Em 2023, o Índice de Desenvolvimento Escolar Básico (IDEB), indicador que mede o desempenho escolar das escolas brasileiras, registrou taxas de insucesso (reprovação acrescida de abandono) de 6,2 para estudantes do terceiro ano do ensino médio de escolas públicas, em contraste com a média de 1,1 para estudantes de escolas particulares. No que se refere ao desempenho das escolas públicas e privadas, para a mesma série mencionada, registraram-se 4,1 para as escolas da rede estadual e 5,6 para as escolas privadas. Os resultados indicam fragilidades e desafios atrelados à educação pública (Brasil, 2023).

As escolas públicas também sofrem com o problema da violência que reflete a desigualdade social e a ausência de políticas para garantir o acesso a direitos e garantias fundamentais. Assim, a violência rompe fronteiras, permeia os mais distintos contextos e incide “no processo educacional do indivíduo em desenvolvimento e na constituição de seus saberes” (Silva; Negreiros, 2020, p. 328). Abramovay (2021) alerta para as diferentes violências que atravessam o cotidiano escolar e afetam “a ordem, a motivação, a satisfação e as expectativas de todos os que frequentam a escola” (Abramovay, 2021, p. 07).

Em um estudo feito em 2016, com o apoio da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), da Organização dos Estados Interamericanos (OEI) e do Ministério da Educação, constatou-se que as violências física e verbal atingiram 42% dos alunos da rede pública. Outro problema crescente no ambiente educacional é o tráfico de drogas dentro e nas redondezas das escolas, aumentando assim o risco de outras sequelas da criminalidade (Abramovay; Castro; Silva, Cerqueira, 2016). Problemas como racismo, machismo, homofobia e outras manifestações de preconceito e de intolerância despontam, igualmente, como desafios a serem enfrentados. Nas palavras de Abramovay (2021):

As violências nas escolas constituem fenômeno preocupante. De um lado, pelos efeitos que tem sobre aqueles que a praticam, os que sofrem e os que testemunham. De outro, porque contribuem para tirar da escola a sua condição de lugar de amizade, de prazer, da busca de conhecer e de aprender (p. 07).

Diante dos desafios enfrentados pela escola pública e da insegurança vivenciada pela maioria da população brasileira, observou-se, nos últimos anos, um movimento de transferência da administração de escolas públicas para quadros da Polícia Militar, sob a alegação de que as políticas de controle e as práticas disciplinares do modelo militar poderiam resolver problemas e fortalecer o sistema público de ensino.

Deste modo, além dos colégios militares em funcionamento em diversos estados e regiões do país, o sistema educacional público brasileiro passou a contar com a presença das chamadas escolas cívico-militares. Por meio do decreto presidencial n.º 10.004 (Brasil, 2019), o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) fomentou a implantação de 216 Escolas Cívico-Militares (ECIM) em todas as regiões do país. Tratou-se de uma ação desenvolvida pelo Ministério da Educação em articulação com o Ministério da Defesa, havendo cooperação técnica e repasse de recursos para as escolas que aderiram ao programa. Como resultado, propostas pedagógicas e práticas disciplinares semelhantes àquelas veiculadas nos colégios militares foram implantadas nas escolas militarizadas.

Em pesquisa realizada por Benevides e Soares (2020), comparou-se o desempenho de estudantes de escolas públicas militares e regulares. O estudo indicou melhor desempenho dos alunos de colégios militares.

Com frequência, associa-se a eficiência do modelo militar à sua busca pela modelação e pelo controle de comportamentos. Entretanto, além disso, deve-se considerar o fato de as escolas militares contarem, em geral, com recursos financeiros provenientes de secretarias estaduais de segurança, os quais somam-se àqueles garantidos pelo Ministério da Educação.

Dos colégios militares mais antigos no Brasil, podemos destacar o pioneiro de Goiás, que ganhou uma considerável atenção em virtude de bons resultados nos indicadores de desempenho escolar alcançados em exames como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o IDEB, servindo de exemplo para a implantação de novos colégios com essa estrutura.

Quando se fala sobre o bom desempenho de estudantes vinculados aos colégios militares ou militarizados, todavia, devemos fazer algumas ponderações. Nas palavras de Benevides e Soares (2020):

Por trás dessa expansão sem precedentes estão o inquestionável bom desempenho dos estudantes em avaliações como a Prova Brasil e o Exame

Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a rígida disciplina e respeito à hierarquia, típicos da metodologia militar. No entanto, essa atribuição direta desse diferencial de desempenho como efeito da escola é questionável dado que os alunos dos colégios militares são normalmente diferenciados, tanto por características familiares, como pelo acúmulo de conhecimentos (condição inicial), além do próprio processo de seleção que as escolas militares estabelecem. Ou seja, o diferencial de desempenho das escolas militares pode estar mais relacionado com o processo seletivo do que com sua proposta pedagógica (Benevides; Soares, 2020, p. 318).

Existem outras controvérsias associadas às propostas militarizadas de ensino. Observa-se que a atuação da Polícia Militar não se limita às atividades de administração escolar, uma vez que, por meio de discursos, práticas disciplinares e ritos institucionais, a doutrina militar é imposta, tornando as escolas militares semelhantes aos quartéis, salvo as devidas proporções.

Estudos sobre a militarização da educação apontam para problemas como, por exemplo, ameaças ao Estado Democrático de Direito, especialmente em função de impedimentos à garantia do direito à formação cidadã que deve estar baseada em princípios democráticos (Santos; Pereira, 2018; Ximenes; Stuchi; Moreira, 2019). Em muitos casos, vale observar, o acesso às escolas militares depende da aprovação em exames admissionais. Além disso, a necessidade de custeio de uniformes e fardas pode impedir aos mais pobres o acesso a tais escolas.

Várias problemáticas giram em torno desse processo de militarização da educação. O perfil autoritário do modelo pode ensejar: implantação de propostas educacionais sem consulta prévia à comunidade escolar; falta de respeito à lei, quase sempre expressa por meio de cobrança de taxas indevidas; reserva de vagas para dependentes de militares; instauração de gestões centralizadas e pouco sensíveis à realidade social e institucional, com destituição de diretores eleitos pela comunidade escolar; imposição de concepções, normas e valores da instituição militar aos estudantes e professores.

Vale ressaltar, contudo, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei n.º 9.394/96 (Brasil, 1996), no inciso VIII do art. 3º, estabelece como princípio fundamental a gestão democrática nas instituições de educação. No art. 14º, inclusive, prevê-se o estabelecimento de normas para assegurar a gestão democrática nas escolas públicas de educação básica. Tais normas devem estar alinhadas às peculiaridades de cada instituição e promover a participação dos profissionais da educação no planejamento das atividades escolares e na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

Nas palavras de Santos e Alves (2022),

[...] a militarização subverte os princípios e finalidades da escola ao interditar a pluralidade de ideias, a gestão democrática, a autonomia das escolas e dos profissionais da educação, a possibilidade de aprendizado, entre outros aspectos, se chocando dessa forma também com os preceitos estabelecidos pelo conjunto de leis que regulamentam a educação básica no Brasil (p. 14).

Além das implicações éticas e legais apontadas, deparamo-nos com o problema do sofrimento psicossocial produzido em contextos escolares que enfatizam o disciplinamento, a ordem, e estabelecem expectativas padronizadas em termos de comportamentos, atitudes, valores, desejos, condutas, etc. Conforme aponta Bortolini (2021), “a ‘pedagogia militar’ estigmatiza como desviantes uma miríade de vivências, sujeitos, culturas, reduzindo possibilidades de existência e recorrentemente produzindo sofrimento” (p. 109).

Foi no contato com esse modelo escolar doutrinário e permeado de mal-estar que desenvolvemos o projeto a ser relatado. Ao longo de um semestre, ofertamos acolhimento psicológico para adolescentes estudantes do ensino médio vinculados a um colégio militar situado no estado do Tocantins. Antes de avançarmos para o relato da experiência, no entanto, gostaríamos de discorrer brevemente sobre a perspectiva por nós assumida na compreensão da adolescência.

A adolescência como uma construção social e histórica

As abordagens tradicionais do desenvolvimento humano definem a adolescência como sendo um momento de crise, conflitos, ambiguidade, mudanças e tensão. Estudiosos como Erik Erikson, Arminda Aberastury, Maurice Debesse e Maurício Knobel são perpetuadores dessas definições que associam adolescência a crises, tensões e conflitos (Ozella; Aguiar, 2008).

Contudo, Becker (2017) destaca a existência de diversas formas de adolescência na sociedade ocidental. O autor utiliza como exemplo o caso de crianças pobres, frequentemente lançadas à vida adulta sem sequer vivenciarem o que convencionalmente chamamos de adolescência. Esse olhar atento é fundamental para que possamos superar as definições tradicionais dessa fase do desenvolvimento, considerando seu caráter social e histórico, que está relacionado a fatores políticos, históricos, culturais e sociais.

Ozella (2002) disserta sobre a construção histórica da adolescência no contexto da sociedade moderna ao trazer-nos que, a partir dos avanços tecnológicos registrados ao longo da história, se fez necessária uma maior especialização dos trabalhadores para lidarem com a complexidade do trabalho. Naquele contexto, a escola despontou como instituição responsável pela formação especializada de mão de obra. Ainda no decurso das transformações tecnológicas

e sociais, houve uma postergação do início da vida laboral para uma parcela da população. Assim, a junção das altas taxas de desemprego provocadas pelos avanços nos meios de produção, com a necessidade de maior qualificação, propiciou um alargamento do período de escolarização e constituiu as condições sociais, históricas e culturais para o surgimento do que foi denominado de adolescência (Ozella, 2002). Nas palavras de Zaniani (2018):

[...] sem negar a existência da adolescência, mas a compreendendo como sendo construída e significada historicamente pelos próprios homens como uma forma de identidade social, lembramos que essa possibilidade - dar-se ao direito de viver esse tempo de adiamento - é privilégio de algumas classes e grupos sociais, sobretudo, dos filhos das classes médias e altas, para os quais os estudos e a formação para o futuro fariam sentido e estariam garantidos. No entanto, os filhos das famílias da classe trabalhadora, esses foram desde cedo inseridos no mundo do trabalho, submetidos a toda sorte de exploração, e não tendo, portanto, uma pressuposta oportunidade de escolha (p. 19).

A crítica na base da compreensão sobre a adolescência se faz necessária, sobretudo em face da predominância de abordagens acríticas e anistóricas que a compreende como uma “fase natural do desenvolvimento”, tornando empobrecidas e enviesadas as análises e ações que levam em consideração a dimensão subjetiva no cotidiano dos adolescentes.

O Plantão Psicológico como espaço de acolhimento para adolescentes do Colégio Militar

Em geral, o termo *plantão* nos remete às práticas ambulatoriais, médicas, voltadas para as urgências e emergências (Machado; Fonseca, 2019). Em alguns domínios da psicologia, no entanto, os plantões se configuram como dispositivos de acolhimento e de escuta. No presente trabalho, oferecemos plantões com objetivo central construir um espaço de escuta e acolhimento para estudantes em situação de sofrimento.

O trabalho foi realizado em um Colégio da Polícia Militar situado no estado do Tocantins, por meio de uma parceria entre o Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins e o Serviço de Orientação Educacional (SOE) daquela instituição. As atividades vincularam-se a um estágio curricular obrigatório com ênfase em Psicologia Escolar e Educacional.

Tendo em conta a expressiva quantidade de estudantes matriculados no colégio, decidimos pela não realização de ampla divulgação; as estagiárias designadas para a atividade transmitiram o comunicado sobre a oferta dos plantões indo de sala em sala. Colocaram-se à disposição para realizar atendimentos em dias e horários específicos da semana, mediante

demanda espontânea. Ou seja, não seria possível agendar sessões. Este cuidado foi tomado a fim de se evitar a ideia de que o nosso trabalho replicava o modelo clínico-ambulatorial no contexto escolar.

O trabalho foi desenvolvido entre os meses de março e abril de 2022, em três dias da semana, sendo às quartas-feiras pela manhã, entre 09h00m e 12h30m e às quintas e sextas-feiras, no período da tarde, entre 14h00m e 17h25m. Para cada dia e horário indicados, havia uma estagiária presente. Os atendimentos tiveram duração média de 30 minutos. Vale observar que a sala destinada aos plantões era climatizada e possuía isolamento acústico.

Ao todo foram realizados 33 atendimentos. Estudantes do gênero feminino, com idades entre 15 e 17 anos, compuseram o maior público. Em geral, dirigiam-se para os plantões na companhia de alguma colega de turma, não raro com sintomas típicos dos quadros de ansiedade, incluindo palpitações, choro e agitação.

Quanto às justificativas do público para a busca pelos atendimentos, destacam-se dificuldades de concentração, medo de fracassar na realização de avaliações e de outras atividades escolares. Houve também relatos sobre conflitos interpessoais vivenciados dentro e fora do colégio. Do mesmo modo, constatamos problemas associados com o esgarçamento de vínculos, o rompimento de laços e a consequente sensação de abandono na experiência subjetiva de algumas pessoas acolhidas pela equipe de estagiárias.

Além disso, houve o acolhimento de estudantes em sofrimento originado a partir de situações envolvendo brigas, conflitos intrafamiliares, rompimento de relacionamentos e problemas em relações interpessoais no próprio colégio. Houve casos envolvendo experiências de luto pela morte de entes queridos, sensação de abandono na relação com os pais e sentimento de tristeza profunda, com o desencadeamento de autolesões não suicidas, sensação de menos-valia e ideias suicidas.

Com a empatia e a disponibilidade das estagiárias para o acolhimento dos estudantes que demandaram uma escuta sensível e livre de julgamentos, bem como a partir da produção de análises e reflexões fundamentadas em referências relevantes para o diálogo entre a psicologia e a educação, tivemos a oportunidade de promover a saúde sob a lógica do cuidado (Ferro; Antunes, 2015).

Tendo em conta os fatores históricos e sociais articulados com a construção da adolescência, conseguimos dimensionar os efeitos das práticas de controle e de dominação perpetradas pelo modelo militar de educação na constituição subjetiva do público atendido nos plantões de acolhimento psicológico. Nesta perspectiva, as ações vinculadas ao Plantão

Psicológico foram norteadas por uma abordagem crítica e reflexiva, crucial para balizar a escuta, o acolhimento e os encaminhamentos realizados pelas estagiárias durante o desenvolvimento dessa prática.

Em meio às incertezas e à instabilidade intensificadas nos contextos pandêmico e pós-pandêmico, quando o trabalho foi realizado, a oferta dos plantões psicológicos fomentou experiências de ressignificação e de fortalecimento subjetivo necessários ao enfrentamento de sintomas de ansiedade e de outras expressões do mal-estar subjetivo (Araújo; Rocinholi, 2019) vivenciados naquele contexto. O espaço de acolhimento constituído em um ambiente marcado pela disciplina promoveu um escape à permanente vigilância, quase sempre acompanhada pelas micropenalidades atreladas aos dispositivos de controle e de normalização presentes no modelo militar (Foucault, 1987).

Considerações sobre a atuação na interface saúde/educação

No Brasil, até o final da década de 1970, a atuação de psicólogos no âmbito escolar foi marcada pela adoção de modelos clínico-terapêuticos caracterizados por uma abordagem individualista, acrítica, descontextualizada, adaptacionista e, conseqüentemente, excludente (Antunes, 2008; Bezerra, 2014).

Aquele momento histórico da psicologia foi caracterizado pela ênfase na aplicação de testes de base psicométrica e em outras técnicas psicológicas com potencial para culpabilizar os estudantes e até mesmo os seus familiares pelas dificuldades encontradas na vida escolar. Percebeu-se que o enfoque na dimensão individual deixa de fora das análises e das intervenções os fatores históricos, sociais, culturais, institucionais e pedagógicos cruciais ao processo educativo. Assim, como efeito de uma abordagem reducionista frente aos complexos problemas escolares, destacam-se os chamados fatores de natureza psicológica. Por este motivo, intensificou-se a crítica em relação às práticas de uma psicologia escolar pouco sensível à complexidade dos fenômenos produzidos no campo educacional. Ademais, criticou-se o enquadramento clínico-terapêutico das dificuldades escolares, desarticulado da dimensão educativa e com potencial para psicologizar e patologizar o processo educativo (Antunes, 2008).

Ao longo dos anos, especialmente a partir da década de 1990, a Psicologia Escolar e Educacional se fortaleceu como área do conhecimento apoiada na crítica frente aos problemas que se amplificaram com a ampliação do acesso à educação pública. Naquele contexto, houve

a consolidação de uma abordagem crítica à Psicologia Escolar. Intervenções e estudos inspirados pelo movimento institucionalista elegeram como alvos as práticas pedagógicas e as relações instituídas nos espaços escolares, bem como propuseram novas definições e modos de apreensão da subjetividade (Eizirik, 1993; Machado, 1994). Na mesma perspectiva de mudança e de ampliação do enfoque, a Psicologia Escolar foi influenciada pelas teorias do desenvolvimento infantil de Jean Piaget, Henri Wallon e Lev S. Vigotski (Barbosa, 2011).

As críticas ao reducionismo e à miopia do modelo clínico-terapêutico se ampliaram e afastaram a dimensão da saúde dessa área de atuação e de produção do conhecimento. Sendo assim, as pesquisas e ações promovidas ao longo das últimas décadas priorizam a dimensão educativa e enfatizaram os problemas relacionados com o chamado fracasso escolar (Patto, 1990).

No entanto, embora as críticas e o afastamento em relação às abordagens reducionistas e patologizantes sejam fundamentais, estamos acompanhando a emergência de muitas demandas relacionadas com a saúde mental nos contextos escolares. Fenômenos como depressão, ansiedade, autolesões não suicidas, tentativas e consumação de autoextermínio são frequentes e nos convocam para uma atuação na interface saúde/educação. Foi neste contexto que o Plantão Psicológico despontou como forma de intervenção às demandas de sofrimento emergentes no contexto escolar. Não se trata, portanto, de negligenciar a complexidade dos fenômenos escolares e dos riscos de uma atuação desvinculada da dimensão educativa. Trata-se, na realidade, de perceber a urgência de nos reinventarmos para promovermos uma Psicologia Escolar crítica sensível às demandas emergentes.

Consideramos o fato de a Psicologia Escolar e Educacional (PEE) contar com referenciais teóricos e ferramentas metodológicas para embasar a promoção do cuidado nas instituições escolares, de um modo ético, crítico, em um movimento distinto daquele em que são reproduzidas as ideias reducionistas, adaptacionistas e psicologizantes. Podemos manter a crítica na compreensão dos fenômenos produzidos no cotidiano escolar e acolher demandas associadas ao sofrimento produzido e manifesto nesse contexto (Bezerra, 2014).

Considerações finais

Os plantões foram realizados em um contexto de retorno às atividades presenciais, após os períodos agudos da pandemia da COVID-19. Durante as sessões de acolhimento, entramos em contato com desdobramentos de problemas enfrentados antes, durante e após a crise sanitária.

Por meio da abertura de espaços para a escuta e a circulação da palavra, em um contexto institucional vigilante, normalizador, punitivo e insensível ao sofrimento humano, acessamos a uma realidade permeada de afetos e repleta de contradições. Por meio dos relatos compartilhados com as estagiárias, constatamos registros de momentos de felicidade e de esperança que se fundem com choro, crises de ansiedade, medo, conflitos interpessoais, punições, depressão, ideias suicidas e autolesões.

A cada plantão as estagiárias puderam colaborar no enfrentamento de um mal-estar subjetivo compartilhado por muitos estudantes. O sofrimento psicossocial foi compreendido em sua complexidade, tendo em conta a sua articulação com fatores psicológicos, sociais, históricos, políticos, econômicos, pedagógicos e institucionais. Nesta perspectiva, caminhamos na contramão das práticas reducionistas e estigmatizantes quase sempre presentes em ações de promoção de saúde mental.

Em outras oportunidades, podemos ampliar as ações de cuidado através de intervenções em grupo, com o objetivo de alcançar professores, gestores, estudantes e seus familiares ou responsáveis, tornando as ações mais abrangentes. Além disso, a perspectiva grupal nos permite analisar e abordar, coletivamente, os fenômenos produzidos na dimensão coletiva.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G; SILVA, A. P; CERQUEIRA, L. **Diagnóstico participativo das violências nas escolas: falam os jovens**. Rio de Janeiro: Flacso-Brasil, OEI, MEC, 2016.

ABRAMOVAY, M. **Programa de prevenção à violência nas escolas**. Brasília: Flacso Brasil, 2021.

ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia escolar e educacional**, [S. l.], v. 12, p. 469-475, 2008.

ARAÚJO, S. M. S.; ROCINHOLI, F. L. Cartografias do Plantão Psicológico para adolescentes em contexto escolar. In: DURANGE, M. T. (org.). **Cartografias do Plantão**

Psicológico para adolescentes em contexto escolar. [S. l.: s. n.], 2019. p. 180,

BECKER, D. **O que é adolescência.** [S. l.]: Brasiliense, 2017.

BENEVIDES, A. de A.; SOARES, R. B. Diferencial de desempenho de alunos das escolas militares: o caso das escolas públicas do Ceará. **Nova Economia**, [S. l.], v. 30, p. 317-343, 2020.

BEZERRA, E. do N. Plantão psicológico como modalidade de atendimento em Psicologia Escolar: limites e possibilidades. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 129-143, 2014. ISSN 1808-4281. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812014000100008. Acesso em: 08 jan. 2024.

BIANCHI, E. M. P. G. A revolução gerenciada: educação no Brasil, 1995-2002. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, n. 3, p. 883-885, 2008. DOI: 10.1590/S1415-65552008000300015.

BORTOLINI, A. Militarização das escolas e avanço reacionário: Uma perspectiva de gênero. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 92-119, 2021. Disponível em:
<https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/13508/9290>. Acesso em 07 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 14 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019.** Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília, DF, 2019. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm. Acesso em 14 out. 2024.

BRASIL. **Índice de Desenvolvimento Escolar Básico (IDEB).** Apresentação de Resultados. Ministério da Educação, 2023. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/ideb/apresentacao_ideb_2023.pdf. Acesso em 14 out. 2024.

EIZIRIK, M. F. As relações entre o saber e poder nas diversas dimensões da escola. *In:* GRESSI, E. P.; BORDIN, J. (org.). **A paixão por aprender.** Petrópolis: Vozes, 1993.

FERRO, A. S.; ANTUNES, A. A. Plantão psicológico: a construção de um "pro-jeto" sobre as vicissitudes humanas no espaço educacional, narrando a intertextualidade de uma experiência psicológica no Instituto Federal de Goiás. **Revista Eixo**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2015.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir:** história da violência nas prisões. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.

MACHADO, A. M. A queixa escolar e seus encaminhamentos. **Jornal do Conselho Regional de Psicologia - 6ª região**, [S. l.], v. 14, p. 87, 1994.

MACHADO, A. M.; FONSECA, P. F. A escrita endereçada como prática de formação e

construção de realidade. **Mnemosine**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2019.

SANTOS, C.; PEREIRA, R. Militarização e Escola Sem Partido: duas faces de um mesmo projeto. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 12, n. 23, p. 255-270, jul./out. 2018.

SANTOS, E. J. F.; ALVES, M. F. Militarização Da Educação Pública No Brasil Em 2019: Análise Do Cenário Nacional. **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], v. 52, p. e09144, 2022.

SILVA, E. H. B. da; NEGREIROS, F. Violência nas escolas públicas brasileiras: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Psicopedagogia**, [S. l.], v. 37, n. 114, p. 327-340, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-84862020000300006&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 13 out. 2024.

OZELLA, S. AGUIAR, W. M. J. Desmistificando a concepção de adolescência. **Cadernos de Pesquisa** [online]. v. 38, n. 133, p. 97-125, 2008. DOI: 10.1590/S0100-15742008000100005.

OZELLA, S. Capítulo 1 - Adolescência: uma perspectiva crítica. *In*: KOLLER, S. H. (Org.). **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Coordenação M. L. J. Contini. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002. p. 16-24. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/adolescencial.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2023.

PATTO, M. H. S. **A produção do Fracasso Escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Queroz, 1990.

VIARO, R. V. Militarização escolar, disciplina e subjetividades: reflexões a partir de Foucault. **Revista Contemporânea de Educação**, [S. l.], v. 17, n. 38, p. 189-206, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/44869>. Acesso em: 14 out. 2024.

XIMENES, S. B.; STUCHI, C. G.; MOREIRA, M. A. M. A militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 35, n. 3, p. 612-632, maio 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2447-419320190003000612&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jan. 2024.

ZANIANI, E. J. M. Infância(s) e adolescência(s): uma leitura sócio-histórica. *In*: SILVA, A. S. da (org.). **Cadernos de socioeducação**: fundamentos da socioeducação. Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, 2018. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/Caderno_Fundamentos_da_Socioeducacao__2.pdf. Acesso em: 04 jan. 2024.

CRedit Author Statement

- **Reconhecimentos:** Agradecemos aos técnicos do Serviço de Orientação Educacional do colégio onde as ações relatadas foram realizadas.
 - **Financiamento:** Esta publicação se tornou possível pelo apoio financeiro concedido pela Universidade Federal do Tocantins, por meio da Pró-reitoria de Pesquisa e do Programa de Pós-graduação em Ensino em Ciências e Saúde (PPGECS).
 - **Conflitos de interesse:** Não há conflito de interesses.
 - **Aprovação ética:** Não se aplica.
 - **Disponibilidade de dados e material:** Não se aplica.
 - **Contribuições dos autores:** Todos os autores participaram da concepção e da elaboração das análises e reflexões associadas com a experiência relatada.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

